



## Mulher e Pesca Artesanal: uma análise folkcomunicacional da participação das pescadoras de Belo Jardim – PE para o desenvolvimento local na colônia Z-28.<sup>1</sup>

Thiago Jerônimo Pinto dos Santos<sup>2</sup>, Betania Maciel<sup>3</sup>, Irenilda de Souza Lima<sup>4</sup>.

### Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a participação das pescadoras do Município de Belo Jardim-PE, na comunidade pesqueira Z-28, através do estudo das expressões populares. Analisar as formas de comunicação diante do poder hegemônico, através das manifestações culturais do grupo de mulheres, buscando o desenvolvimento local. Suas formas de comunicar nas esferas de poder em comunidade tradicionais de pesca artesanal, representa um importante passo para a conquista de direitos socioeconômica por parte da participação e o uso das estratégias folkcomunicacionais em que as pescadoras se encontram, nas questões da organização política da colônia e o envolvimento no processo produtivo local, num universo estritamente masculino e tradicional.

**Palavras chaves:** Participação. Pescadoras. Desenvolvimento local. Folkcomunicação. Estratégias comunicacionais.

### 1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1980 no Brasil, ocorreram várias transformações políticas, econômicas e sociais, refletidas na luta pela democratização do país, em oposição ao regime militar instaurado na década de 1960, esse momento político ficou conhecido como redemocratização. Os esforços a consolidação da democracia e afirmação da cidadania, por meio da conquista e efetivação dos direitos políticos e civis,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado Intercom Regional. Trabalho apresentado na Disciplina Comunicação e informação científica para o desenvolvimento

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX/UFRPE<[Jeronimo\\_psantos@yahoo.com.br](mailto:Jeronimo_psantos@yahoo.com.br)>

<sup>3</sup> Doutora em comunicação social. Professora da Disciplina Comunicação e Informação Científica para o Desenvolvimento. POSMEX/UFRPE<[betaniamaciel@gmail.com](mailto:betaniamaciel@gmail.com)>

<sup>4</sup> Doutora em comunicação social. Professora POSMEX/UFRPE<[irenilima2@gmail.com](mailto:irenilima2@gmail.com)>



caracterizando-se pela ampliação de formas de organização social e pela maior participação da população, especialmente de seus segmentos organizados, nos processos de decisão.

A relação democrática que se construiu no Brasil a partir da década de 1980, entre Estado e Sociedade civil, possibilita ao cidadão atuar nos espaços institucionais, para buscar através da participação a melhoria na qualidade de vida:

A instauração do processo democrático se dá concomitantemente à construção da cidadania, ou seja, é necessário estabelecer direitos e definir políticas universalistas que assegurem a efetivação dos direitos conquistados (GUERRA, 1999, p.07).

Portanto, a participação é um importante instrumento para o crescimento da consciência crítica das pessoas, e fortalece seu poder de reivindicação no âmbito civil, político e social. “[...] a participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado” (SOUZA, 2000, p. 82). Sendo assim, a participação não é apenas está presente, ou seja, se fazer presente em reuniões, conselhos, fóruns, mas é acima de tudo um processo contínuo e permanente de luta e reivindicação para consolidação dos direitos, sejam políticos, econômicos, sociais e até culturais.

Para Texeira (2001) a participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas, e entendê-la é perceber a interação contínua entre os diversos atores sociais, o Estado, outras instituições políticas e a sociedade civil. Porém, para que se concretize a participação, é necessário que o homem crie uma vontade e /ou motivação de fazer parte de um grupo, atividade, projeto ou de um movimento.

Todavia, o conceito de participação também pode ser entendido como uma conquista processual da autopromoção, onde a sociedade civil busca a aquisição de direitos, proporcionando assim a formação de uma consciência crítica, envolvimento e compromisso (grifos nossos). A partir dos anos 1990, a sociedade civil torna-se mais ativa, devido ao fim do regime ditatorial e início da democratização do país, entre outras



coisas, a ineficiência do Estado em atender as demandas sociais, envolvendo-se nas novas formas e contornos políticos, por conta do agravamento dos problemas sociais existentes nessa época.

Ainda neste período, a participação da sociedade organizada no planejamento e execução das políticas públicas no Brasil provocou uma tensão nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, responsáveis e suscetíveis ao controle social. Com isso, os mecanismos de participação obrigam o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, colocando em cheque os interesses públicos e os da sociedade civil.

[...] A participação supõe compromisso envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada [...] (DEMO, 1996, p. 19-20).

Segundo Bordenave (1995), a participação possui alguns princípios, referentes ao processo histórico de construção de uma sociedade democrática participativa. Tais princípios são: a participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas; é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição do poder, mas pode levar a apropriação do desenvolvimento pelo povo; é algo que se aprende e aperfeiçoa; pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação, porém pode ser facilitada se organizada; facilita a criação de fluxo de comunicação, podendo resolver conflitos, mas também podendo gerá-los.

O objetivo principal da participação, é que a mesma seja considerada um método ou caminho que utilizamos para alcançar certos objetivos (interesses). Sendo possível a concretização desses interesses pela sociedade, através da predominância do exercício da democracia e da cidadania, contra o controle e a monopolização do poder.

Desta maneira, a forma de desenvolver a participação e desempenhar a prática democrática, fundamental à descentralização do poder e vital para o processo participativo, possibilita uma maior interação da comunidade nos processos políticos. Segundo Demo (1996) é através do exercício da prática democrática que nasce a



XVI CONFERÊNCIA BRASILEIRA DOS ESTUDOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO  
“FOLKCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL”  
Juazeiro do Norte-CE, 26 a 28 de Junho de 2013

condição essencial ao processo participativo. Assim, aprendemos a eleger, a destituir escolher, opinar e intervir junto ao Estado.

A consolidação dos direitos socialmente construídos perante a lei, conquistada pela participação coletiva, são os direitos não fornecidos pelo Estado, mas conquistados através do exercício da democracia participativa, exercendo a cidadania. “A cidadania pressupõe o Estado de direito e igualdade de todos perante a Lei e do reconhecimento da pessoa humana, onde são detentores inalienáveis de direitos e deveres” (DEMO, 1996, p. 70).

Portanto, cabe ao cidadão o envolvimento, a participação real, e a presença nas decisões de questões de seus interesses, São importantes a sua presença em assembleia de votação, plebiscitos e nas negociações, para se concretizar a condição de cidadão participante diante do poder político.

Para atender a essas necessidades impostas pelo regime democrático é importante uma mudança nas práticas socioeconômicas. Não se pode pensar em novos paradigmas políticos ou sociais sem antes levarmos em conta o desenvolvimento econômico. O fator produtivo é essencial na compreensão dos fenômenos atuais. Por esse motivo faz-se necessário uma mudança de paradigma econômico que leve em consideração os fatores endógenos e a participação de seus atores sociais na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na busca de uma alternativa ao desenvolvimento atual, que provou sua ineficácia em harmonizar interesses sustentáveis e monetários, surge a necessidade da implementação de um paradigma de desenvolvimento, que consiga conciliar a tensão existente entre crescimento econômico, aumento populacional, grande avanço tecnológico e a necessidade de conservar a natureza (CARNEIRO; JESUS apud LIMA, p. 207, 2012).



XVI CONFERÊNCIA BRASILEIRA DOS ESTUDOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO  
“FOLKCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL”  
Juazeiro do Norte-CE, 26 a 28 de Junho de 2013

O desenvolvimento econômico contemporâneo repousa em uma estrutura baseada no capital no qual seu maior objetivo é conservá-lo e ampliá-lo. Esse modelo de produção e consumo nos leva a pensar em mudar um modo de vida que não está satisfazendo as necessidades de uma pessoa, de uma família, de uma comunidade, de uma cidade, de um país (CARNEIRO; JESUS apud LIMA, p. 207, 2012).

Ao pensamos nessa direção e em novas possibilidades de convivência surge a perspectiva do desenvolvimento local.

Segundo De Jesus, (2003, p.72), desenvolvimento local:

Trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços, de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

Para Tauk Santos (2010, p 122) o desenvolvimento local envolve um complexo de fatores entre eles: desenvolvimento humano, renda, preservação ambiental, entre outros, necessitando que haja uma profunda mudança social para ser construído. Todos esses fatores são importantes para a organização socioeconômica das sociedades, porém é indispensável à participação ativa e reflexiva desses atores sociais no processo de transformação.

O desenvolvimento local ocorrerá, efetivamente, a partir do momento que o sujeito tome consciência da importância da sua história e da capacidade de poder influenciar o seu entorno, ao desvelar as suas capacidades, competências e habilidades de se organizar a partir das suas limitações geofísicas (BERNARDO, 2012, p. 47).

Em oposição ao desenvolvimento predatório e excludente surge a possibilidade de um desenvolvimento que inclui e valoriza a diversidade cultural. Que respeita o papel social desempenhado pelos indivíduos locais e contribui bastante para minimizar as diferenças entre homens e mulheres. Não se pode pensar em desenvolvimento local sem, antes,



levar em consideração o papel da mulher na atividade política e produtiva das localidades.

São de suma importância as reflexões sobre as relações de gênero e a participação feminina, na contemporaneidade. Devem-se tomar como elementos pertinentes, alguns marcos históricos nas relações estabelecidas entre homens e mulheres no Brasil. São eles: o patriarcalismo e as oligarquias. Ambos dificultaram severamente a visibilidade e a participação feminina na sociedade brasileira e são responsáveis por campos de dominação dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Falquet (2005) apud Novaes (2007, p. 158):

A divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a cultura são questões profundamente interligadas, que se constituem como pilares do sistema patriarcal de opressão, podendo-se supor que aí se concentra grande parte das dificuldades de transformação das relações de gênero no meio rural, no qual os sistemas de valores patriarcais são mais arraigados e, portanto, mais difíceis de serem transpostos.

Ao deslocarmos essas observações ao mundo da pesca artesanal ficam evidentes seus desdobramentos culturais, que envolvem mitos, valores e identidade. Sabe-se que a pesca representa um universo masculinizado, no qual são violados direitos socioeconômicos da mulher pescadora. Essa violação de direito resulta numa desvalorização do trabalho feminino na pesca artesanal. A interferência do gênero torna invisível e limita a contribuição das pescadoras na produção pesqueira e na reprodução (MELO; STADTLER, 2011. p. 09).

Para Nobre (2003) abordar as relações de gênero e suas incoerências leva-nos ao requerimento de que se tornem visíveis às experiências feministas, como geradoras de renda e participação política, assim como considerar a forma como as mulheres organizam o trabalho, a gestão, como articulam a vida profissional e domestica.

Com isso, é importante analisar a participação feminina nos espaços públicos em direção à construção de direitos e ao processo de empoderamento. Nessa perspectiva a correlação de forças na construção democrática está assentada na participação dos



sujeitos sociais (DEMO, 1999). Há de se romper com essa realidade e garantir de forma legal o reconhecimento da participação feminina na pesca artesanal.

Nesse sentido, de acordo com (BRYON; GEHLEN, 2004, apud CALLOU et al 2009, p. 218):

Torna-se imperativo reconhecer os direitos das pescadoras artesanais de ter acesso, de forma equitativa e com sustentabilidade dos ecossistemas, instituindo sistemas de cogestão para pesca artesanal como mecanismo de participação transparente na tomada de decisão. É importante reconhecer o papel desempenhado pelas mulheres na pesca artesanal, onde, além das atividades domiciliares e lutar pela saúde e educação das crianças. Elas trabalham como catadoras, marisqueiras, vendedoras de pesados e seus derivados.

A problemática da participação feminina nas atividades políticas e econômicas, onde a maior parte de seus integrantes é do sexo masculino, revela uma cultura masculinizada e opressora.

Como indicado anteriormente, essa formatação está ligada fundamentalmente aos ecos de um Brasil patriarcal, escravocrata e oligárquico. Tendo em vista a invisibilidade da mulher na pesca artesanal, torna-se pertinente analisar o grau de participação das pescadoras do Município de Belo Jardim - PE na colônia Z-28, que se encontram nas questões da organização política da entidade de classe / colônia e o envolvimento no processo produtivo.

O artigo foi fruto de um estudo de caso, de caráter exploratório e cujos instrumentos de coleta de dados foram: as entrevistas abertas e semiestruturadas com 06 (seis) mulheres pescadoras da comunidade pesqueira da Praia do Ipojuca, observações diretas para investigar a participação das pescadoras na colônia e na atividade pesqueira. Entrevistamos 01 (um) técnico do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), responsável direto pela implementação de ações na localidade e por fim o presidente da Colônia Z-28. O itinerário metodológico foi realizado em diálogo com um arcabouço teórico onde se buscaram, então, referências na literatura contemporânea referente à temática analisada.



## 2. O LOCAL DE ESTUDO: COMUNIDADE PESQUEIRA DA PRAINHA DO IPOJUCA - BELO JARDIM.

A comunidade pesqueira de Belo Jardim está localizada na Barragem Pedro Moura Júnior, conhecida também pelo nome de Barragem do Ipojuca, ou a Prainha, nome dado pela população ribeirinha, devido a sua aparência física com as praias litorâneas. A sua capacidade é de 33 milhões de metros cúbicos, foi inaugurada em 1999, no Governo de Jarbas Vasconcelos e José Mendonça Filho.

A economia dessa comunidade está dividida entre o comércio, a pesca artesanal e a agricultura, esses dois últimos, os produtores são comercializados no mercado público de Belo Jardim e na própria comunidade. Os homens dessa comunidade trabalham na pesca artesanal que é a principal atividade econômica, porém complementam a renda familiar exercendo outras atividades, entre elas a agricultura e o comércio.

Para Bernardo (2012, p. 62) referente à participação das mulheres, muitas delas ajudam o companheiro na pesca artesanal, onde se encontra uma parcela bastante significativa, outra atividade é a agricultura onde as mulheres trabalham na complementação da renda. Ainda trabalham nos bares e restaurantes instalados nessa comunidade como cozinheiras e/ou garçonetes.

Na comunidade não existe escolas e nem postos de saúde, isso faz com que a população tenha que se dirigir até o centro da cidade de Belo Jardim ou municípios vizinhos para ter acessos a esses serviços. Outra situação que merece destaque é a falta de saneamento básico, pois todos os dejetos são descartados na barragem, isso resulta na degradação do ecossistema e na qualidade de vida dos habitantes dessa comunidade.

## 3. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS PESCADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COLÔNIA Z-28 / BELO JARDIM.

A elaboração dos ideais ao desenvolvimento local aponta a pertinência, substancial, da participação dos gêneros na construção de melhores condições de vida e trabalho. Para atuar de acordo com essas características, Pires (2008. p. 128) defende que se torne



XVI CONFERÊNCIA BRASILEIRA DOS ESTUDOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO  
“FOLKCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL”  
Juazeiro do Norte-CE, 26 a 28 de Junho de 2013

fundamental a flexibilização das instituições e dos atores do território para que conquistem o protagonismo das ações de desenvolvimento local.

Segundo esse pensamento nossa pesquisa na colônia Z-28 em Belo jardim realizou entrevistas com 6 (seis) mulheres sobre suas participações nas reuniões, assembleias e discussões na colônia de pescadores(as).

As pescadoras informaram que não existem reuniões e assembleias deliberativas na colônia para discutir o envolvimento delas no processo político-produtivo. Essa informação foi confirmada no discurso do técnico responsável pelas ações e implementações de políticas públicas para pesca artesanal, vejamos o porquê:

[...] quando a gente fez o diagnóstico essa coisa de autonomia de gênero não estava forte, não estava tão divulgado assim. [...] Hoje você vê isso com mais clareza e já observa que as mulheres tem uma participação mais efetiva por causa dos programas da Secretaria da Mulher/ PR (*Técnico do Prorural*)

Apesar do discurso do técnico do Prorural em reconhecer um significativo aumento da participação feminina na colônia de pescadores, a pesquisa revelou um dado contraditório. Muitas mulheres não são convidadas para as reuniões e assembleias deliberativas, porque estando em dúvida com a colônia não podem votar, porém não deveriam ser excluídas do processo decisório. Por sua vez as mulheres defendem-se da inadimplência para com a colônia afirmando que o presidente não presta contas do uso do dinheiro:

[...] Não vejo o presidente da Colônia fazer nada para agente, é um motivo para eu não pagar a colônia. [...] Vou dar dinheiro ao presidente para não fazer nada? [...] Não vejo um barco para as mulheres, não vejo ajuda, não vejo nada, não tem nada para agente. (*pescadora 4 de Belo Jardim*)

As pescadoras também declararam que o fato de não estarem presentes nas reuniões é que seus questionamentos sobre os problemas referentes à participação no processo produtivo, à degradação do ecossistema, à saúde das pescadoras e aos impasses decorrentes de seus envolvimentos na colônia não são discutidos pelos membros da entidade.



Das 06 (seis) pescadoras da colônia Z-28 de Belo Jardim 02 (duas) estão com os registros vencidos. Verificamos também, uma grande dependência das pescadoras com a colônia. Essas mulheres depositam na entidade de classe toda a responsabilidade para resolver a regularização da carteira de pescadora artesanal.

Em entrevista com a pescadora 03 (três) a mesma esclarece que:

[...] As mulheres cobram mais que os homens, mas na hora de falar em grupo, elas se calam e na hora de assumir alguma responsabilidade, elas recuam [...]

Esse comportamento é fruto de uma prática ainda não extermínada de medo das mulheres em tomar a frente dos homens, ou ainda, o não espaço dado por eles, para que possam mostrar seu potencial. Nessa direção, as pescadoras ficam excluídas dos respectivos direitos sociais e políticos (GLIESSMAN, 2001).

Além disso, a pesca artesanal esconde a situação das mulheres, não revelando sua situação de opressão e desigualdade frente aos homens. A condição de invisibilidade feminina permeia à condição política revelando um abismo histórico entre homens e mulheres, baseada na estrutura patriarcal de opressão e submissão da mulher.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da sociedade nos espaços públicos, através do processo de construção democrática, emerge fortemente a partir dos anos 1990, tendo como marco significativo a Constituição de 1988 mudando qualitativamente a relação entre o Estado e a sociedade civil.

A partir dessa nova relação de democracia que se estabelece no Brasil, possibilitou ao cidadão atuar dentro dos espaços institucionais, para buscar através da participação popular uma melhoria no processo reivindicatório. Segundo Tatagiba (2002, p. 100), “a



XVI CONFERÊNCIA BRASILEIRA DOS ESTUDOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO  
“FOLKCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL”  
Juazeiro do Norte-CE, 26 a 28 de Junho de 2013

institucionalização da participação popular nas políticas públicas foi um grande avanço, uma conquista importante dos setores democráticos à qual é preciso dar consequência e efetividade na prática concreta”.

A análise do grau de participação das pescadoras na colônia de pescadores (as) no município de Belo Jardim revelou que apesar do crescimento de suas participações nas discussões, seu envolvimento político ainda é muito incipiente. Percebeu-se que houve uma significativa abertura política para as mulheres na colônia Z-28, porém suas vozes ainda não exercem o mesmo poder decisório, como as vozes masculinas que ressoam nos espaços de poder da colônia com mais efetividade e força.

Analisou-se também que a hierarquia histórica das relações de gênero na pesca artesanal dificulta a inserção das mulheres nos espaços de poder. Isso é percebido, quando se observa o papel da mulher pescadora no processo produtivo. Seu trabalho está delimitado entre o beneficiamento do pescado e as atividades do lar.

As conquistas, por parte das mulheres pescadoras, no sentido do desenvolvimento local devem ser estruturadas por articulações do poder público e pela participação dos seus interessados e interessadas, no sentido de fomentar estratégias específicas para as pescadoras nos espaços públicos e privados.

Portanto, a baixa participação das pescadoras nas entidades de classe/colônia não afeta concretamente os indicadores ao desenvolvimento local. Deve-se levar em consideração o trabalho realizado por essas mulheres e sua participação dentro da colônia para que se possa estabelecer um novo paradigma de convivência.

Propõem-se como ação, para tentar solucionar a problemática da baixa participação: a melhoria da mobilização comunitária, o incentivo para a maior participação das pescadoras, estimulando a população a desenvolver o controle social, democratizando as informações, contribuindo para o fortalecimento dos canais de participação popular na colônia z-28.



Contudo, no que diz respeito à participação das mulheres nas comunidades pesqueiras tradicionais, há todo um campo a ser explorado e trabalhado, principalmente nas regiões do sertão e do agreste Pernambucano.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, Erick Valdevino. **Políticas públicas e equidade de gênero em pesca artesanal: projeto polo peixe.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação em extensão rural e desenvolvimento local, UFRPE, Recife, 2012.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DE JESUS, P. **Desenvolvimento Local.** In: CATTAN Antonio David I (Org.) A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores. 2003.

FALQUET, J. **Três questões aos movimentos sociais progressistas: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais.**

Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA. Portal NEAD.

Artigo do mês. nº 289. 23 jun - 03 jul 2005. Disponível em <HTTP://www.nead.org.br/index.php> acesso outubro de 2011.

GEHLEN, V.R.F.; RAIMUNDO, V.J.; SILVA, A.R.S.; ALENCAR, M.M.C.M. O Trabalho e o Lugar: A Pesca Artesanal na Ilha de Deus. In: CALLOU, Angelo Fernandes Brás. TAUKE SANTOS, Maria Salett. GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Organizadoras). **Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas.** Recife, 2009.

GUERRA, Christiane Lima Fernandes. **Participação popular e Educação Ambiental no trabalho da Comissão voluntária de defesa e prevenção das praças do bairro de Jardim São Paulo.** TCC, UFPE, CCSA, 1999.

MELO. Maria de Fátima Massena. STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Formas de adaptação entre pescadoras artesanais: produção e reprodução.** In: XXVIII Congresso Internacional da Alas. Recife. 2011.

NOVAES, Mª de Lourdes. **O trabalho da mulher na agricultura familiar.** In: LIMA, M.E.B.; COSTA, A.A.A.; COSTA, A.; ÁVILA, M.B.; SOARES, V.L. (Organizadoras). **Transformando a relação trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade.** 1º Edição. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 151-165.

PIRES, L.H. A descentralização do poder e a regionalização das soluções. In: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Márcio (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local.** 1º Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 105- 129.



XVI CONFERÊNCIA BRASILEIRA DOS ESTUDOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO  
“FOLKCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL”  
Juazeiro do Norte-CE, 26 a 28 de Junho de 2013

SANTOS, Graciete. As Relações de Gênero na Agricultura Familiar. In: LIMA, M.E.B.; COSTA, A.A.A.; COSTA, A.; ÁVILA, M.B.; SOARES, V.L. (Organizadoras). **Transformando a relação trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade.** 1º Edição. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 167-174.

SCOOT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, Recife: SOS Corpo. 1995.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 7ª Ed. Cortez Editora. São Paulo. 2000.

STADTLER, Hulda. **Relações sociais de gênero e violência no campo e na agricultura familiar.** In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 2008.

\_\_\_\_\_, Hulda. **A identidade de gênero como ferramenta política entre as lideranças femininas da pesca em Pernambuco** In: II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e Representações. [S.L]. 2009.

TATAGIBA, Luciana. **Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil.** In: DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação e informação: Identidades e fronteiras.** São Paulo/Recife: Bagaço, 2000.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.